



AVALIAÇÃO DO DIRETÓRIO MUNICIPAL

1. Quando o Partido dos Trabalhadores se prepara para implementar sua nova estrutura e escolher a nova direção municipal é necessário, antes de tudo, avaliar a gestão que finda. O atual Diretório Municipal (DM) é particularmente a sua Executiva tiveram, no geral, um desempenho muito aquém da responsabilidade governante que temos na cidade.
2. A vitória nas eleições de 1988 aumentou em muito a nossa responsabilidade a um nível inédito. O partido e o DM ressentiram-se frente a esta nova exigência. Grande parte da militância engajou-se na Administração e o Partido sofreu um certo esvaziamento. A falência do modelo de socialismo implantado no Leste Europeu gerou impacto sobre todos que passaram a ter uma atitude mais reflexiva. Os dois últimos anos foram eleitorais e estamos assistindo um refluxo nos movimentos sociais. Há uma crise que se manifesta na estrutura partidária e atinge o PT praticamente em todo país. As instâncias partidárias estão reduzidas a representantes de si mesma. Transformaram-se em estruturas burocráticas dissociadas daquilo que o Partido tem de visibilidade pública. Em suma, reduziram-se a cartórios expedidores de circulares e administradores de pequenos e irrelevantes - do ponto de vista social - conflitos internos.
3. O atual DM é herdeiro de dois anos de conflitos na relação entre a direção e o governo municipal. A escolha do secretariado, a discussão sobre reforma administrativa, a política para os transportes coletivos, o projeto de revitalização do centro da cidade, a definição do plano estratégico do governo e a política de relacionamento com os vários setores da sociedade civil foram um a um pontos de acirrados conflitos que em muito contribuíram para a desmobilização partidária. Com indisposições em ambos os lados tivemos um bloqueio a uma relação crítica e construtiva que seria indispensável para o avanço do partido e do governo à época. Hoje tal situação se encontra parcialmente superada.
4. Este ambiente politicamente difícil traduzia uma concepção equivocada da relação partido-governo. Das diversas tentativas de ingerência nas decisões administrativas. Expressão da idéia de uma direção formada por "quadros" dirigentes aos quais deveriam se submeter todos os outros indivíduos de todas as outras frentes de atuação. Esta visão de papel do Partido e uma concepção instrumental e reducionista do Estado estão entre as causas principais da crise. Esta concepção foi posta em prática de forma acabada no Leste Europeu e levou a construção do Estado-Partido, forma de instituição política na qual o partido exercia a ditadura sobre a sociedade, subordinando a ele toda a esfera do Estado. O Estado reduzido a "instrumento da luta de classes", além das distorções burocráticas que gerou pelo mundo afora, expõem-nos, no limite até ao risco do fisiologismo e da corrupção. Não podemos aceitar que a estrutura do Estado seja utilizada para atender interesses privados dos partidos, mesmo que estes fins sejam a primeira vista "justos".
5. É inegável que ao longo do tempo tanto a direção do partido quanto o governo evoluíram no sentido de uma relação mais adequada, mas ainda há muito a fazer. Este aprendizado até recentemente deu-se mais como produto da experiência do que através da mudança do sistema de idéias que informavam as ações dos agentes. Os debates, as resoluções do I Congresso e as suas consequências sobre as tendências também ajudaram a esclarecer melhor os equívocos, as insuficiências e os acertos das relações partido-governo e partido-estado. Contudo, as concepções centralistas fundadas na noção de partido "bolchevique" permanecem em vigor em parcelas significativas da militância.
6. Entendemos que a relação entre partido e governo deve ser dimensionada fundamentalmente pelo programa partidário. Os militantes que integram o governo comungam o mesmo projeto ideal e de valores que justifica a existência do partido como meio de transformação da sociedade. O programa é o compromisso público que o partido, como instituição, e os indivíduos, como sujeitos políticos - candidatos ou não, firmam com a sociedade em suas manifestações públicas. Se o programa e as idéias se mostrarem inadequados ou insuficientes no curso de sua execução cabe ao partido junto com o governo redefinir-lo e manifestar publicamente esta mudança e suas razões.
7. Esta concepção de partido exige uma redução das diferenças que se estabelecem entre as representações e o conjunto dos filiados. Um dos requisitos básicos é a descentralização do poder político, dos recursos, das informações e das responsabilidades. Devemos constituir um partido que ao mesmo tempo represente um movimento contra a cultura dominante e massificada, que seja dirigente (referência política para os trabalhadores organizados), de interlocução (reconhecimento e estímulo à pluralidade da ação e do pensamento) e de lutas pela conquista e afirmação de direitos sociais.

8. Outro aspecto insuficiente da atual direção refere-se aos movimentos sociais. É certo que houve um refluxo. O movimento sindical viu-se atingido pela recessão. Os movimentos de bairros e moradias modificaram sua relação com o poder executivo municipal a partir da nossa vitória e passaram de movimentos apenas reivindicatórios para movimentos de interlocução e participação nas definições das prioridades nas políticas públicas do governo. Porém, a maior parte da militância encontra-se dispersa, desinformada e desorganizada. O partido foi incapaz de impulsionar a organização autônoma de novos movimentos, não teve políticas comunitária e sindical e não participou de campanhas significativas. O trabalho partidário direto é a única forma de relacionamento político profundo com a sociedade quer o partido esteja no poder ou não. Assim enquanto os militantes no governo tem o papel de implementar e desenvolver as políticas públicas indicadas no programa, o partido tem a tarefa distinta de formular estas políticas e estar em contato com o conjunto da sociedade, interagindo com outras forças no plano institucional ou fora dele.

9. O que cabe concluir é que a atual direção municipal cumpriu um papel insuficiente na sua tarefa de coordenação, elaboração e inserção política e social acarretando prejuízos tanto para o partido como para a administração.

TAREFAS PARA A NOVA DIREÇÃO

10. Esta avaliação do DM nos leva a propor uma política para sua renovação. Certamente não será unicamente através de uma nova estrutura que se resolverão todos os problemas apontados, entretanto, é necessário implementá-la vigorosamente por ser esta potencialmente mais democrática. Redefinida a relação do governo e o Estado, a nova direção - Conselho Deliberativo Municipal (CM) - deverá voltar-se para o que é seu papel essencial: desenvolver o partido em Porto Alegre, como o integrador dos militantes que atuam nas mais distintas áreas (sindical, comunitária, parlamentar, administração pública, meios culturais e intelectuais, movimentos sociais, etc). É preocupante a perda de dinamismo que o nosso partido vem apresentando em alguns segmentos do movimento popular e sindical e na juventude. Sem pretender tutelar ou substituir os movimentos populares o PT tem que interagir com eles apoiando-os decididamente e daí retirando elementos para o desenvolvimento contínuo do nosso programa e do relacionamento com a sociedade. Particularmente devemos ter atenção aos movimentos da juventude trabalhadora e estudantil, caso o partido não

pretenda envelhecer.

11. Para aumentar o dinamismo do partido teremos este ano dois fatores favoráveis: a campanha eleitoral com a candidatura do companheiro Tarso Genro, de grande apelo popular e cotado como o favorito, e a nova estrutura partidária que é mais democrática, permite um maior enraizamento nas regionais e se abre para a participação do conjunto dos filiados. Entretanto, para que esses fatores favoráveis possam ser plenamente aproveitados, o Conselho Deliberativo Municipal deverá promover as seguintes tarefas:

a - *Garantir, no processo eleitoral, a efetivação de nossa tática.* As eleições municipais deste ano tem para nós excepcional importância. Nos municípios onde somos governo elas representarão em grande medida um julgamento da população sobre nossas administrações. De uma maneira mais geral, elas representam a possibilidade de, em caso de vitória das forças progressistas, abrir-se (ou dar continuidade) a um processo de reformas sociais e do estado que tem incidência imediata na melhoria das condições de vida da população e na conquista de direitos básicos da cidadania. As eleições articulam a sucessão estadual e federal em 1994, à medida em seu resultado fortalecerá alguns candidatos e debilitará outros. Por diversos fatores nosso partido no município tem demonstrado uma resistência a execução de uma política mais ampla de alianças. Existe oposição frontal a esta política em alguns casos e em outros o apoio formal demonstrando resistência na sua aplicação. Vencer o sectarismo, o basismo e as visões estreitas de programa são tarefas essenciais para que possamos ter um bom desempenho eleitoral e possamos vencer já no primeiro turno.

b - *Consolidar a superação dos problemas da relação partido-administração.* A prática partidária tradicional no Brasil é a de agrupamentos políticos em torno de personalidades constituindo-se em legendas meramente eleitorais. Como decorrência disso as direções partidárias são apêndices dos detentores de mandato, de onde emana todo o poder. Por outro lado a visão predominante na esquerda era a do partido-estado, reduzido este último a simples instrumento de implementação de diretrizes partidárias. Estas duas visões se fazem ainda presentes no PT e levam frequentemente a desgastantes conflitos na relação entre o partido e a administração. Alguns setores do partido encaram o governo municipal como um bastião avançado de organização do movimento popular;

há os que consideram que todas as decisões do prefeito devem passar pelas instâncias partidárias; outros não se mobilizam para apoiar a prefeitura em momentos de confronto e há aqueles que recorrem ao partido somente na hora de pedir apoio. Estes conflitos somente serão plenamente superados se partido e administração agirem em sintonia, cada um na sua esfera de competência e autonomia.

- c - **Democratização da informação.** É básico para a existência de uma efetiva democracia interna o amplo acesso por parte de toda a militância à informação. Urge a criação de novos mecanismos e instrumentos, bem como revitalização dos já existentes. O combate à "nova direita" exige maior capacidade de rapidamente veicular informações em todos os níveis e instâncias como forma de contraposição ao gigantesco aparato da mídia eletrônica. Não é mais possível que a militância continue sendo informada dos acontecimentos no partido e na administração através da grande imprensa.
- d - **Promover uma ampla revisão nos processos de trabalho interno.** É insuficiente a idéia de reforma administrativa para expressar uma ampla revisão dos processos de relação com o trabalho interno do partido. Primeiro, por que traduz uma visão estática do problema (algo não está funcionando bem e deve ser consertado) ignorando o caráter dinâmico de qualquer organização. Segundo, por que propõe um modelo pobre para explicar a formação da burocracia - não considera que esta seja um palco onde atuam os diversos grupos de pressão e interesses. Terceiro, relega os indivíduos a "peças" integrantes de uma "máquina" administrativa que deve ser reformada, frequentemente acaba se reduzindo a simples modificações de organogramas. Esta visão taylorista de administração despreza a importância da apropriação do indivíduo do seu trabalho, promovendo sua alienação. É preciso construir coletivamente novos conhecimentos em todas as esferas de atuação. A nosso ver os seguintes fatores devem ser considerados nesta revisão:
- d1 - **Descentralização política e dos recursos do CM.** É uma necessidade do partido numa cidade como Porto Alegre a delegação de responsabilidades e a repartição dos recursos em sedes regionais com a eventual existência de funcionários e dirigentes dedicados prioritariamente ao trabalho local.
- d2 - **Redimensionamento da estrutura do CM em benefício direto da descentralização.** Instituir processo de revisão de alocação de pessoal e recursos para maximizar a

capacidade de implantação do partido nas regionais.

- d3 - **Redefinição dos processos de seleção de funcionários e critérios de profissionalização de dirigentes.**
- d4 - **Recuperação da autonomia financeira do partido e transparência na aplicação dos recursos.** Hoje aproximadamente 98 % da receita do CM provem da arrecadação obtida junto aos militantes que trabalham no executivo e no legislativo municipal. É preciso rever radicalmente este quadro. Para tanto é desejável que os custos fixos do partido sejam cobertos pela arrecadação obtida dos filiados que não ocupam cargos institucionais. Isto assegura a independência econômica do partido em relação ao Estado. Revisão da tabela de contribuição dos militantes em cargos de confiança, diminuindo-a progressivamente na medida que o partido alcance uma situação de equilíbrio entre as suas fontes de receita.
- d5 - **Readequar a estrutura de funcionamento da sede do partido às exigências de sua base de sustentação social.** Para tanto é preciso ampliar os horários e os dias de funcionamento das sedes de maneira a atender as demandas. Implementação dos núcleos voltados para o avanço do partido nos diversos grupos sociais, de acordo com o conceito da nova estrutura partidária.
- d6 - **Promover uma ampla campanha de filiação na base simpatizante do partido e o censo nas antigas filiações.**

UMA NOVA CONCEPÇÃO DE DIREÇÃO

12. O PT vive hoje, em particular no estado de São Paulo, uma crise moral sem precedentes que coloca em risco seu projeto original. Sempre fomos - e continuamos sendo - defensores da participação do partido nas instituições como meio fundamental de dar impulso às transformações sociais. Porém, a participação nas mesmas não pode significar a diluição do partido na ordem e na moral existentes. As denúncias do companheiro Lula de práticas condenáveis em São Paulo dão o tom de que perigosas manifestações no interior do partido reproduzem o que há de pior na prática política tradicional no Brasil. Como fruto de seu próprio crescimento e de seu acesso a parcelas importantes do poder, o PT vê-se hoje às voltas com problemas graves.

Estes problemas alcançam também Porto Alegre, embora em menor escala, e exigem um processo de reforma moral no interior do partido. A discussão sobre a criação de uma nova relação ética e uma nova cultura política não pode mais ser encarada - como alguns o fizeram - como uma questão estratosférica, mas antes como algo de maior atualidade e importância vital, sob pena do partido vir ser absorvido pelo fisiologismo dominante na política brasileira. É necessário que a atual concepção de direção seja também transformada, evitando a reprodução sob novos rótulos (Conselho Deliberativo e Comissão Dirigente Municipais) dos vícios da atual estrutura do DM. Para cumprir este objetivo os novos organismos dirigentes devem obedecer as seguintes concepções:

- a. *Uma direção mais representativa.* É essencial que as direções tenham visibilidade perante o conjunto do partido e externamente. Os critérios de escolha dos nomes devem observar a representatividade social (sindical, comunitária, estudantil, movimentos sociais, etc); a representatividade política (militantes com mandatos ou em cargos diretivos no legislativo e executivo) e os melhores quadros políticos e intelectuais que o partido possua.
- b. *Uma direção democrática.* Que respeite as diversas autorias e estimule a diversificada elaboração das muitas correntes de opinião existentes, promovendo o debate e a circulação das idéias entre todos. Que as decisões sejam antes de tudo uma síntese do processo, mais do que resoluções a serem cumpridas.
- c. *Uma direção mais qualificada.* É frequente vermos grande desperdício de recursos materiais e financeiros e baixo grau de envolvimento com as tarefas por parte do pessoal. Devemos requalificar os processos de trabalho, informatizando-os, racionalizando seus gastos, voltando-os, prioritariamente, para o trabalho político e garantindo um constante desenvolvimento dos militantes e funcionários.

Assinam este documento os seguintes companheiros:

Ademir Demétrio
Adriano Lina
Augusto Capelletti
Antônio Prado
Carlos Eduardo Campos Vieira
Carlos Renato Rosa Silveira
Carlson Aquistapasse
Cláudio Gasparetto
Cláudio Schenk
César Beras
César Khol Martins
Delorgei Kaiser
Eduardo Rolim de Oliveira
Estilac Xavier
Felipe Ortiz
Fernanda Bitencourt
Fernanda Corezolla
Hamilton Farias
Jorge Cruz
Jorge Silva de Souza
José Leonel do Canto Alves
José Miguel Pretto
Gregório Mendonça
Klaus Richard Blümel
Lires Marques
Lizete Marques Kagami
Luís Lopes Fernandes
Luís Carlos Oliveira de Souza
Luís Mazzini
Luís Carlos Pellen
Mara Feltz
Mária Lopes Rodrigues
Mário Motta
Marlene Reis da Silva
Milton Cruz
Nize Pelanda
Pedro Osório
Rita Machado
Rogério Santana dos Santos
Rudnei do Rio da Silva
Sérgio Reis
Solange Sagebin Côrrea
Yuri Santana dos Santos